

# **Salus Infraestrutura Portuária S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2017 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



## RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Salus Infraestrutura Portuária S.A.  
São Paulo – SP

### **Introdução**

Revisamos as demonstrações financeiras da Salus Infraestrutura Portuária S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Salus Infraestrutura Portuária S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### Concentração das operações

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, as operações da Sociedade ocorrem com um único cliente, sendo reguladas por contrato com duração prevista de dez anos. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

#### Risco de suspensão das atividades

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, que descreve sobre a liminar emitida no âmbito do processo n.º 1035460-76.2017.8.26.0053 perante a 12ª Vara de Fazenda Pública, Foro Central de São Paulo para interromper as obras no Canal de Piaçaguera, a qual foi objeto de decisão seguinte no âmbito do processo n.º 2156216-62.2017.8.26.0000 perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que autorizou a retomada das obras de dragagem. A Companhia não é parte do referido processo, sendo outras empresas que detém a concessão do Canal de Piaçaguera e que contrataram a Companhia para desenvolver um projeto de infraestrutura portuária de dragagem e manutenção no referido canal. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Receita de prestação de serviço de infraestrutura

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.9 e 13 às demonstrações financeiras, a principal receita da Sociedade, é decorrente do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária de dragagem e manutenção, reconhecida por meio de tarifa cobrada das embarcações que transitam pelo Canal de Piaçaguera, sendo calculada com base no volume de toneladas transitado. Consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria devido ao montante envolvido, bem como a necessidade de cumprimento de cláusulas contratuais específicas para determinação do valor da receita da prestação de serviços e o período correto do seu registro contábil.

Os principais procedimentos de auditoria estão voltados para o entendimento das principais atividades de controle determinadas pela administração sobre o valor e o correto momento do reconhecimento da receita e a realização de testes, com base em amostragem, nos boletins de medições de transportes de carga e nos recálculos dos volumes transitados, para a validação da integridade, exatidão, classificação, ocorrência e competência das receitas incorridas. Também avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para reconhecimento das receitas com prestação de serviços de infraestrutura adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 29 de março de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ribas Gomes Simões  
Contador  
CRC nº 1 SP 289690/O-0

## SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Sociedade") foi constituída em 27 de março de 2012.

A Sociedade tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente.

No exercício de 2015, a Sociedade iniciou suas operações mediante o desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo.

Em 01 de outubro de 2016, houve o início da segunda fase da dragagem.

Em 16 de fevereiro de 2018, foi emitido carta com a indicação da conclusão das obras mediante o recebimento de E-mail em 29 de dezembro de 2017, por parte do Cliente, onde este dá quitação aos serviços prestados pelo Fornecedor/Contratado.

#### 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM - e com normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade no Brasil.

Todas as informações relevantes utilizadas pela administração na gestão da sociedade estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

##### 2.2. Ativos financeiros

São classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros contabilizados ao valor justo no resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas e deixam de ser reconhecidas, respectivamente, na data da negociação quando a compra ou venda de um investimento estiver prevista em um contrato cujos termos exijam a entrega

do investimento em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, as quais são inicialmente mensuradas ao valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo no resultado.



Em cada data do balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são registrados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzido de perdas de seu valor de recuperação ("impairment"), se houver.

#### "Impairment" de ativos financeiros

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que, na avaliação individual, não apresentam "impairment" podem ser subsequentemente avaliados para "impairment" de forma coletiva. Entre as evidências objetivas de impossibilidade de recuperação do valor de uma carteira de créditos estão a experiência passada da Sociedade em receber créditos e as mudanças observáveis nas condições econômicas locais ou nacionais relacionadas à inadimplência dos recebimentos.

#### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes em conta-corrente bancária e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação e com risco insignificante de mudança do valor justo.

#### 2.4. Aplicações financeiras

A Sociedade possui aplicações financeiras em fundos de investimento aberto. As aplicações são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

#### 2.5. Contas a receber de clientes

Representam valores a receber por conta de serviços prestados de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção.

#### 2.6. Imobilizado

Reconhecido pelo custo de aquisição e de construção, deduzido da depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável.

#### 2.7. Passivos financeiros

Mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva.

#### 2.8. Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

#### 2.9. Receita de prestação de serviços de infraestrutura

A receita de serviços decorre do desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado.

#### 2.10. Lucro líquido básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

Não há instrumentos financeiros, que possam ser conversíveis, em ação, não afetando o lucro diluído por ação.

2.11. Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Normas, interpretações e alterações de normas implementadas em 1º de janeiro de 2016.

Norma	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 38/CPC 04	Alteradas pela norma Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à IAS 12/CPC 32	Alterada pela norma Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A adoção das IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Sociedade, não exerceu impacto relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados nos exercícios correntes e anteriores.

2.12. Normas, interpretações e alterações de normas que ainda não estão em vigor

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9/CPC 48	Instrumentos Financeiros com IFRS 4 - Contratos de Seguro	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15/CPC 47	Esclarecimentos sobre a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes emitida	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16	Arrendamento	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Alterações à IFRS 2/CPC 10	Alterada pela norma Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseado em Ações	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Alterações à IFRS 10/CPC 36 e à IAS 28/CPC 18	Vendas de Ativos da Coligada ou do Empreendimento Controlado em Conjunto para o Investidor (3)	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRIC 22	Transações em Moeda Estrangeira e Contraprestação Antecipada emitida	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
Alterações à IAS 40/CPC 28	Alterada pela norma Transferências de Propriedade para Investimento	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2018.

A Administração da Sociedade não espera impactos significativos em virtude da natureza desses pronunciamentos.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Bancos	2	9
Aplicação financeira (*)	<u>1.267</u>	<u>1.519</u>
Total	<u><u>1.269</u></u>	<u><u>1.528</u></u>

(\*) Refere-se a aplicação financeira com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor, as quais são substancialmente representadas por títulos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A instituição financeira tem o compromisso de recompra em um prazo inferior a 90 dias.

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
RB Capital II FIRF Crédito Privado (*)	<u>21.987</u>	<u>160.790</u>

(\*) Fundo de investimento aberto, administrado pela RB Capital DTVM LTDA., sua carteira de ativos é composta, principalmente, por operações compromissadas bancárias de liquidez imediata, além de títulos de renda fixa no valor de R\$ 14.477 e pela aplicação em CDB Banco Itaú no valor de R\$ 7.512, totalizando R\$ 21.987 em 31 de dezembro de 2017.

### 5. IMPOSTOS A RECUPERAR

O saldo é composto como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a compensar	-	3.610
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar	166	328
Imposto Sobre Serviços - ISS a recuperar	444	444
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	617	3.984
CSLL Retida na Fonte a Recuperar	228	-
PIS e COFINS a Recuperar (Faturamento)	<u>1.132</u>	<u>          </u>
Outros	<u>17</u>	<u>15</u>
Total	<u><u>2.604</u></u>	<u><u>8.381</u></u>
Circulante	<u>460</u>	<u>459</u>
Não circulante	<u><u>2.144</u></u>	<u><u>7.922</u></u>

### 6. CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Cientes (*)	15.805	6.002
Outras contas a receber	243	13
Total	<u>16.048</u>	<u>6.015</u>

(\*) Referem-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado.

## 7. IMOBILIZADO

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Desenvolvimento e implementação de projeto (a)	421.674	137.756
Adiantamento a fornecedor (b)	-	44.260
Adiantamento a fornecedor (c)	-	26.560
Depreciação	<u>(38.815)</u>	<u>(3.385)</u>
	<u>382.859</u>	<u>205.191</u>

(a) Refere-se à implementação e ao desenvolvimento de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera. O projeto visa recuperar e restabelecer a profundidade mínima prevista e exigida na carta náutica.

(b) Refere-se substancialmente a um contrato de afretamento de um conjunto de embarcações para emprego na obra de dragagem do Canal de Piaçaguera. O contrato prevê o adiantamento de R\$47.450 referente às taxas de afretamento e possui prazo de duração de 13 meses. Em 27 de dezembro de 2017 foi firmado o Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento e Consultoria no Projeto da Dragagem do Canal Piaçaguera e Outras Avenças no qual foi acordada a redução do escopo dos serviços prestados pela Ultrafértil S/A à Salus Infra resultando no reajuste do preço pelo serviço e, conseqüentemente, na devolução, por parte da Ultrafértil, do montante excedente ao preço reajustado, previamente pago pela Salus Infra como adiantamento. O montante referente à devolução é igual à R\$17.318, a ser pago em duas parcelas de valores iguais a primeira de R\$10.493 paga até 31 de dezembro de 2017 e segunda de R\$6.825 com pagamento até 31 de janeiro de 2018.

(c) Refere-se a adiantamento para prestação de serviços de gerenciamento e consultoria no projeto da dragagem do Canal de Piaçaguera.

A movimentação do saldo da rubrica "Imobilizado" é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	20.291
Adições	179.767
Encargos financeiros capitalizados	8.518
Depreciação	<u>(3.385)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>205.191</u>
Adições	181.502
Encargos financeiros capitalizados	31.596
Depreciação	<u>(35.430)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>382.859</u>

## 8. FORNECEDORES

Refere-se substancialmente a valores a pagar para a aquisição de equipamentos para a operação de dragagem.

#### 9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
PIS e COFINS	310	233
ISS	2.213	463
IRRF	708	125
IRPJ/CSLL	2.775	-
Outros impostos a recolher	541	221
Total	<u>6.547</u>	<u>1.042</u>

#### 10. DEBÊNTURES

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Debêntures	<u>385.998</u>	<u>366.906</u>
Circulante	<u>64.155</u>	<u>46.090</u>
Não circulante	<u>321.843</u>	<u>320.816</u>

Em 15 de março de 2015, foram emitidas 320.899 debêntures decorrentes da negociação conforme o Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitido em 26 de fevereiro de 2015.

As debêntures são objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM e foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio da CETIP S.A. - Mercados Organizados e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

As debêntures são atualizadas por juros remuneratórios de 6,79% ao ano, acrescidos de Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O custo incorrido para a emissão das debêntures foi de R\$23.012.

O vencimento final das debêntures será em 15 de outubro de 2024. A remuneração das debêntures será paga anualmente, de forma simultânea com as parcelas de amortização das debêntures, sempre no dia 15 de outubro de cada ano, sendo os juros pagos a partir do dia 15 de outubro de 2015 e o principal a partir do dia 15 de outubro de 2017. Durante o período compreendido entre a data da emissão e a data do primeiro pagamento das debêntures (período de carência), a remuneração será paga parcialmente e o valor da remuneração que não for paga ao debenturista é incorporado ao valor nominal unitário atualizado, no fim de cada período de capitalização.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

Em 25 de agosto de 2017 foram emitidas novas debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A. que foi aditado em 6 de setembro de 2017 com primeiro pagamento para 15 de outubro de 2019, com juros remuneratórios de 5,7% ao ano, com atualização pelo IPCA, e periodicidade de pagamentos anual. O Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis

em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real, em Lote Único e Indivisível, sob o Regime de Melhores Esforços de colocação, da 2ª Emissão da Salus Infraestrutura Portuária S.A. foi assinado em 15 de agosto de 2017.

A movimentação das debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	334.283
Amortização dos custos de captação das debêntures	2.510
Encargos financeiros capitalizados (nota 7)	8.518
Encargos financeiros	43.297
Juros pagos	<u>(21.702)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>366.906</u>
Amortização dos custos de captação das debêntures	2.143
Encargos financeiros	5.269
Encargos financeiros capitalizados (nota 7)	31.596
Juros pagos	(26.099)
Amortização de principal	(23.436)
Nova captação de debêntures	29.619
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>385.998</u>

A composição da parcela do passivo não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

<u>Ano</u>	31.12.2017	31.12.2016
2018	-	15.447
2019	8.795	7.387
2020	10.602	9.182
2021-2024	<u>302.446</u>	<u>288.800</u>
	<u>321.843</u>	<u>320.816</u>

## 11. CONTINGÊNCIAS

Conforme informado pela Companhia em fatos relevantes de 11 de agosto de 2017 e de 4 de setembro de 2017, foi primeiramente proferida decisão liminar no âmbito do processo n.º 1035460-76.2017.8.26.0053 perante a 12ª Vara de Fazenda Pública, Foro Central de São Paulo, no sentido de suspender as atividades da Companhia, a qual foi objeto de decisão seguinte no âmbito do processo n.º 2156216-62.2017.8.26.0000 perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que autorizou a retomada das atividades suspensas. A Companhia não é parte de referidos processos, em relação aos quais Ultrafertil S.A. e VLI S.A. conduzem junto a seus assessores legais.

A Companhia informa que o cronograma de dragagem está substancialmente concluído em 31 de dezembro de 2017, e não há qualquer evidência de que o resultado dos referidos processos poderia impactar os contratos da operação, uma vez que a VLI e a Ultrafertil manterão o trânsito de suas embarcações no Canal Piaçaguera. Adicionalmente, a Companhia destaca que, nos termos do Contrato de Contraprestação por Melhoramento do Canal Piaçaguera firmado com a Ultrafertil S.A., é obrigação desta última garantir o pagamento de todas as contraprestações em favor da Companhia, conforme previstas no referido instrumento, independentemente do momento da conclusão das atividades a serem executadas nos termos dos contratos do projeto.

## 12. CAPITAL SOCIAL

## 12.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 420 (R\$420 em 31 de dezembro de 2016) e está dividido em 420.000 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na proporção a seguir:

<u>Sócios</u>	<u>31.12.2017</u>	
	<u>Ações</u>	<u>%</u>
RB Capital Salus Infraestrutura I – FIP	415.800	99,00
VLI S.A.	4.200	1,00
	<u>420.000</u>	<u>100,00</u>

## 12.2 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dessa reserva é de R\$84 (R\$84 em 31 dezembro de 2016).

## 12.3 Destinação do resultado

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição dos lucros apurados em 2017 é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro líquido do exercício	17.113	2.858
Reserva legal	-	(64)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	<u>17.113</u>	<u>2.794</u>
Dividendos propostos - 1%	(171)	(28)
Reserva de retenção de lucros	<u>16.942</u>	<u>2.766</u>

A Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária - AGO a retenção do lucro do exercício, após a distribuição de dividendos, no montante de R\$16.942 (R\$2.766 em 31 de dezembro de 2016).

## 13. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita de contraprestação (*)	73.833	25.738
Impostos sobre a receita	<u>(10.522)</u>	<u>(3.667)</u>
Total	<u>63.311</u>	<u>22.071</u>

(\*) Refere-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado.

## 14. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Custos com depreciação (nota 7)	(35.430)	(3.385)
<b>15. DESPESAS POR NATUREZA</b>		
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Anúncios e publicações	(54)	(41)
Despesa com advogados	(402)	(74)
Despesa com despachantes	(1)	(1)
Despesas com cartórios	(123)	(1)
Despesas com taxas e emolumentos	(156)	(145)
Despesas com consultoria	(190)	(138)
Despesas com multas	(169)	(20)
Outras	(160)	(51)
Total	<u>(1.255)</u>	<u>(471)</u>
Classificadas como-		
Despesas gerais e administrativas	(1.086)	(449)
Despesas tributárias	(169)	(22)
Total	<u>(1.255)</u>	<u>(471)</u>

**16. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>5.737</u>	<u>33.909</u>
Despesas financeiras:		
Juros remuneratórios e correção monetária das debêntures (nota 9)	(5.269)	(43.297)
Amortização dos custos de emissão de debêntures	(2.142)	(2.510)
IOF	(314)	(442)
Outras	<u>(6)</u>	<u>(293)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(7.731)</u>	<u>(46.542)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(1.994)</u>	<u>(12.633)</u>

**17. LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO**

O lucro líquido e a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro líquido básico por ação são conforme segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro líquido do exercício	17.113	2.858
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro líquido básico por ação	<u>420.000</u>	<u>420.000</u>
Lucro líquido básico por ação (em reais - R\$)	<u>40,75</u>	<u>6,80</u>

A Sociedade não possui nenhum instrumento financeiro potencialmente conversível em ações, por isso, o lucro líquido diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.



## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	24.632	5.582
Expectativa de IRPJ e CSLL (34%)	(8.375)	(1.898)
Adições/exclusões permanentes e outros	<u>856</u>	<u>826</u>
Despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	<u>(7.519)</u>	<u>(2.724)</u>

## 19. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não houve remuneração da Administração.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados conforme as seguintes categorias em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016:

	Classificação	Hierarquia	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros pelo valor justo	Nível 2	1.269	1.269	1.528	1.528
Aplicações financeiras	Ativos financeiros pelo valor justo	Nível 2	21.987	21.987	160.790	160.790
Clientes e outros valores a receber	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	16.048	16.048	6.015	6.015
			<u>39.304</u>	<u>39.304</u>	<u>168.333</u>	<u>168.333</u>
Passivos:						
Debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	Nível 2	321.843	326.252	366.906	371.987
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	Nível 2	18.249	18.249	10.379	10.379
			<u>379.396</u>	<u>383.805</u>	<u>377.285</u>	<u>382.366</u>

### 20.1 Considerações gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Sociedade administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

### 20.2 Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive critério de reconhecimento, base de mensuração e método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições-padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

#### Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### 20.3 Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre eles destacam-se os riscos de crédito, de liquidez e de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Sociedade a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros, bem como avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez de seus ativos financeiros.

### 20.4 Derivativos

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 e no exercício de 2016, a Sociedade não contratou instrumentos financeiros derivativos.

### 20.5 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Sociedade entende que não incorre em risco de crédito relevante em seus instrumentos financeiros.

### 20.6 Risco de liquidez

É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar suas operações, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo o pagamento de juros estimados, em valores futuros, considerando as premissas da Administração:

31.12.2017

<u>Média ponderada de taxa de juros</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 4 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
---	--------------------	------------------------	--------------------------	--------------

31.12.2017

	<u>Média ponderada de taxa de juros</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 4 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Debêntures SAIP11	IPCA + 6,72%	-	30.366	337.138	367.504
Debêntures SAIP12	IPCA + 5,75%	-	-	33.626	33.626

## 20.7 Risco de mercado

É o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Sociedade atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Sociedade está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI, e à variação de índices de preços, notadamente o IPCA.

## 20.8 Análise de sensibilidade

### Premissas

A Sociedade desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário-base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme segue:

- Cenário-base: baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de dezembro de 2017 e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico.
- Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base.
- Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base.

### Análise

A Sociedade entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, e à variação do IPCA, que é base para a atualização de suas debêntures. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

<u>Fator de risco</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário-base</u>	<u>Cenário adverso</u>	<u>Cenário remoto</u>
Índice de preços - IPCA	Aumento do IPCA	3,95%	4,94%	5,93%
Taxa de juros - CDI	Diminuição do CDI	6,74%	5,06%	3,37%

Considerando os cenários definidos acima, a Administração definiu a expectativa de juros para os próximos 12 meses do seguinte modo:

<u>Fator de risco</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário- -base</u>	<u>Cenário adverso</u>	<u>Cenário remoto</u>
Índice de preços - IPCA	Debêntures	(15.247)	(19.068)	(22.890)
Taxa de juros - CDI	Aplicações financeiras	1.567	1.177	784

## 21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Administração da Sociedade define como caixa e equivalentes de caixa valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade são as seguintes:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Fornecedores, referente a adição em imobilizado	82.568	7.876
Redução de imobilizado por partes relacionadas	6.825	-
Encargos financeiros capitalizados	31.596	8.518

## 22. OPERAÇÕES POR SEGMENTO

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 - Informações por Segmento, que é equivalente à IFRS 8 - Segmentos Operacionais. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Sociedade opera com um único segmento e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária

## 23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 30 de março de 2018.